

Avaliação Social

15 de março de 2018

Subvenção CEPF 103955

Beneficiário: Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN

**Cerrativismo: formando pessoas e organizações para conservar o Cerrado
(Activism to enhance conservation of the Cerrado in western Bahia, Brazil)**

Local: Corredores - Central de MATOPIBA e Sertão Veredas Peruaçu

Resumo da Subvenção

1. Organização do beneficiário - **Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN**
2. Nome da subvenção - **Cerrativismo: formando pessoas e organizações para conservar o Cerrado**
3. Número da subvenção - **CEPF 103955**
4. Valor da subvenção (Dólares americanos) - **USD 298.630,00**
5. Datas propostas para a subvenção - **Junho de 2018 a 31 de Dezembro de 2020**
6. Países ou territórios onde o projeto será realizado - **Brasil, Corredores Central de MATOPIBA e Sertão Veredas Peruaçu**
7. Data de preparação do presente documento - **23 de maio de 2018**
8. **Povos Indígenas afetados:** Esta seção descreverá os povos indígenas na área do projeto.

Não está prevista ação junto a comunidades indígenas originárias neste projeto, no entanto, o projeto espera beneficiar comunidades locais e tradicionais reconhecidas como quilombolas, comunidades de fecho de pasto, geraizeiros, pescadores artesanais, extrativistas, além de agricultores familiares. Conforme a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007), Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. O Decreto Nº 8.750, de 9 de maio de 2016, que constitui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, define 29 categorias de povos e comunidades tradicionais no Brasil. Na região oeste da Bahia, estão representadas ao menos sete categorias de comunidades tradicionais.

No documento da Full Proposal há uma descrição detalhada sobre alguns destes grupos e sobre como eles se distribuem pelo território do Oeste da Bahia.

9. **Resumo do projeto proposto:** Esta seção descreverá o que você planeja fazer e como planeja fazê-lo, com ênfase especial nas atividades implementadas em áreas habitadas e / ou usadas por povos indígenas.

A presente proposta foca no fortalecimento da sociedade civil da região oeste da Bahia, por meio do fomento da articulação entre organizações da sociedade civil, principalmente aquelas representantes de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares; da capacitação de lideranças; da promoção do desenvolvimento de organizações e do intercâmbio entre organizações e regiões, visando a conservação do bioma Cerrado nesta região. Serão construídos processos de capacitação a partir de diálogos sobre demandas e especificidades da região, ligadas a problemática geral de ameaça ao bioma Cerrado e às comunidades locais. Espera-se ampliar a articulação entre organizações da região e gerar uma rede da sociedade civil no Oeste da Bahia formada e articulada para catalisar ações e políticas integradas para a conservação e desenvolvimento sustentável do Cerrado em apoio ao perfil do Cerrado; ampliar a capacidade de atuação de quinze lideranças comunitárias e ampliar sua capacidade de participação e incidência em espaços de governança e fortalecer dez organizações da sociedade civil.

As ações do projeto não serão realizadas diretamente em áreas habitadas por povos e comunidades tradicionais, mas estes serão convidados a participar das ações do projeto, como os processos de formação, intercâmbios, bem como do Conselho do Projeto.

10. Impactos potenciais: Esta seção avaliará os impactos esperados do projeto (positivos e negativos) sobre os povos indígenas.

O projeto atuará diretamente com a formação de lideranças comunitárias representantes de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e fortalecimento de organizações relacionadas a este público, portanto, os impactos positivos diretos estão relacionados à mudanças em pessoas e no modo de operar e se relacionar das organizações, especialmente no tocante à capacidade de articulação institucional, a amplitude desta articulação (quantidade e diversidade de atores que se relacionam), ao uso de ferramentas de diálogos e advocacy e ao acesso a informações qualificadas. Essas capacidades melhoradas reduzem a assimetria de condições, que normalmente limitam a capacidade de incidência política destes povos e comunidades tradicionais nos espaços com diferentes atores.

Portanto, os principais impactos previstos são:

Impactos positivos:

- Aumento do número de lideranças comunitárias atuantes na região;
- Melhoria na qualidade da participação da sociedade civil representante de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares nos espaços de incidência política, em especial em nível local/regional;
- 15 organizações da sociedade civil fortalecidas;
- Rede de organizações para a região Oeste da Bahia ampliada, ampliando o suporte e a capacidade de atuação destes povos na conservação do Cerrado e na manutenção dos seus meios de vida;
- Melhoria no protagonismo de mulheres e jovens na atuação voltada à conservação do Cerrado.
- Fortalecimento da atuação em rede da sociedade civil no oeste da Bahia.

Impactos negativos

- Com os processos de formação e articulação espera-se a ampliação da atuação das lideranças comunitárias e das organizações de representação deste público, o que vai aumentar a visibilidade e exposição das lideranças envolvidas, podendo gerar um impacto negativo de ameaças à estas pessoas, como ocorre em grande medida na região, uma vez que o Brasil é o país líder em assassinatos de lideranças socioambientalistas no mundo.

11. Preparação participativa: Esta seção descreverá a participação das comunidades afetadas durante o processo de formulação do projeto (ou seja antes da apresentação da proposta completa), e explicará como o consentimento livre, prévio e informado foi obtido.

A concepção do projeto foi realizada em conjunto com atores locais que atuam diretamente com as comunidades tradicionais da região oeste baiana. Esta vivência da realidade tanto dos parceiros como do ISPN, que apoia pequenos projetos ecossociais na região há mais de 15 anos, configura uma ampla capacidade de identificar as demandas concretas das comunidades e construir propostas em diálogo direto com as mesmas. O ISPN apoia por meio do PPP-ECOS, a Associação de Fecho de Pasto de Clemente em um projeto para o aprimoramento do manejo das áreas de Cerrado de uso comunal de 21 comunidades de Fecho de Pasto na região de Correntina e

arredores; apoia as comunidades do Alto Rio Preto, em Formosa do Rio Preto a fortalecerem suas ações de produção para a manutenção dos seus territórios tradicionais. Apoiou ainda comunidades locais em Cocos, São Desidério e Tabocas do Brejo Velho em anos pretéritos. A Agência 10Envolvimento e a AATR, parceiras do projeto, são organizações de assessoria que trabalham dando apoio jurídico, técnico e político a mais de 40 comunidades locais na região. O ISPN mantém contato constante e periódico com as comunidades citadas há pelo menos 5 anos. O monitoramento dos projetos PPP-ECOS nos obriga a manter um contato bastante próximo com esses atores por telefone e email. Em ocasião de visitas de campo realizadas em setembro de 2014, novembro de 2016 e junho de 2017, inclusive durante participação no Encontro Estadual das comunidades de Fundo e Fecho de Pasto da Bahia, essa proposta foi sendo construída e detalhada. Em outubro de 2017 todos os parceiros: ISPN, AATR, Escola de Ativismo e Agência 10Envolvimento nos reunimos em Salvador, às nossas próprias custas, para avançar nos arranjos para execução e governança do projeto e planejamento das atividades.

Apesar da imensa demora desde a submissão da propostas, os parceiros locais e os potenciais beneficiários continuam interessados na execução desse projetos e tem inclusive feito diversas cobranças com relação ao início do mesmo, sendo que a última delas se deu pessoalmente por uma representante de uma comunidade de fecho de pasto durante o II Encontro de Aprendizados e Experiências do PPP-ECOS, realizado em Brasília em maio de 2018. Por fim, convidamos o CEPF a verificar *in locu* o apoio que o projeto possui junto às comunidades locais.

Uma das primeiras etapas do projeto é o estabelecimento do Conselho do Projeto para que o conteúdo dos processos de formação, a seleção dos beneficiários, entre outros itens centrais do projeto sejam decididos em parceria com os interessados. Desta forma, será garantida a participação de representações de povos e comunidades tradicionais na composição do Conselho do Projeto.

12. Estratégias de Mitigação: Esta seção delineará medidas para evitar impactos negativos e fornecer benefícios culturalmente apropriados.

Visando mitigar o impacto negativo identificado de vulnerabilização de lideranças pela exposição que a atuação promovida pelo projeto vai causar, será incluído no conteúdo dos processos de formação ferramentas para instrumentalizar essas lideranças para lidarem com as situações de risco inerentes ao ativismo ambiental no Brasil. Além disso, será promovida a troca de experiências com pessoas que já trabalham com a proteção de lideranças visadas. Tanto a Escola de Ativismo, quanto a AATR, apoiarão neste aspecto, sendo que a primeira trabalha com segurança da informação e estratégias de atuação de lideranças e a segunda com assessoria jurídica.

13. Monitoramento e avaliação: Esta seção explicará como o cumprimento da política de salvaguarda sobre Povos Indígenas será monitorado e relatado ao CEPF e / ou à Equipe de Implementação Regional. As metodologias de monitoramento e avaliação devem ser adaptadas ao contexto local, indicadores e capacidade.

O principal mecanismo de salvaguarda do projeto será a ampla participação de membros de povos e comunidades tradicionais e organizações de assessoria no Conselho do Projeto. Além disso, as informações sobre o projeto serão amplamente divulgadas junto às comunidades locais da região por meio das redes sociais e das rádios. Estão previstos, ainda, espaços de avaliação ao final de todas as atividades de formação.

As salvaguardas relacionadas ao conhecimento prévio e informado de povos e comunidades locais para projetos socioambientais fazem parte do escopo de formação de representantes destes povos no oeste da Bahia.

14. Mecanismo de Reclamação:

Durante a execução do projeto serão disponibilizados alguns mecanismos de amplo acesso a reclamações a saber:

- uma página no site www.ispn.org.br de ouvidoria para receber quaisquer natureza de reclamações, bem como, um canal de comunicação por email específico da ouvidoria. As informações sobre o projeto também estarão disponíveis no site do ISPN com todos os contatos da equipe do projeto, do RIT e da coordenação global do CEPF.
- nas reuniões periódicas do Conselho do Projeto também será um espaço para colheita de reclamações e sugestões de melhoria;
- as atividades de formação/capacitação terão formulários de avaliação com uma pergunta específica sobre reclamações e cartaz fixado em local de bastante visibilidade com as informações sobre o mecanismo de reclamação e os respectivos contatos.

15. **Orçamento:** Esta seção resumirá os custos dedicados relacionados ao cumprimento da política de salvaguarda sobre Povos Indígenas. Estes custos devem ser integrados no orçamento da subvenção do CEPF e / ou cobertos por cofinanciamento.

O projeto já previa custos com as reuniões periódicas do Conselho do Projeto e com avaliação dos processos de formação.